

A ECONOMIA E A POLÍTICA
IGNACIO M. RANGEL

Queixa-se o presidente da República de que não tem tido um só dia de sossego, em que não tivesse que enfrentar tentativas de desestabilização. Noutra oportunidade recente disse também que o problema do país é político, não econômico ou social.

Quanto a este último ponto, não posso deixar de estar de acordo com o meu conterrâneo José Sarney, embora não necessariamente pelas mesmas razões que ele argui ou deixa implícitas. Com efeito, a sociedade brasileira está madura para mudanças institucionais de fundo, e tais mudanças costumam resultar de abalos políticos de maior ou menor intensidade.

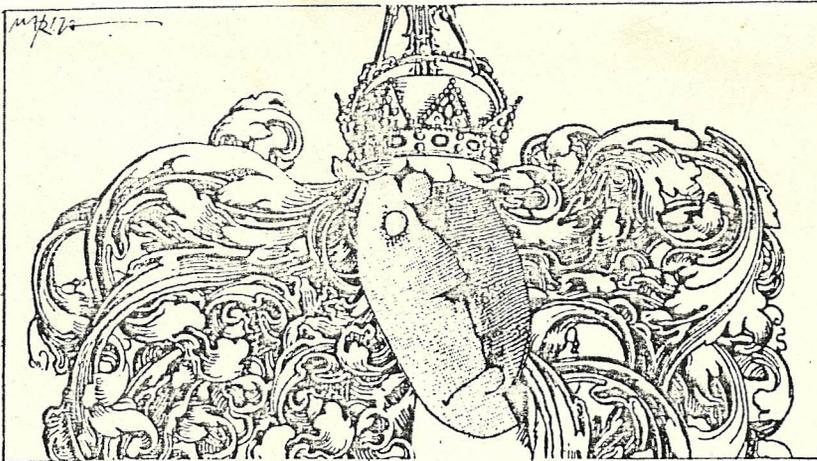
Ora, à primeira vista, para que tais mudanças tenham lugar é indispensável que o Estado seja forte, coisa que não nos acontece atualmente. Não é só o presidente, nem é só o Poder Executivo que estão paralisados. São todos os Poderes, isto é, o Estado, no sentido lato do termo, é que se encontra paralisado, diante de uma sociedade civil perplexa, que não sabe que pedir.

Essa paralisia do Estado não significa, necessariamente, que as mudanças institucionais indispensáveis não se possam fazer. Se o Estado fosse forte e operante — não sendo ele, como não é, um Estado revolucionário — poderíamos ter a certeza de que, no fundo, nada estaria na iminência de mudar. A inoperância do Estado implica em certa margem de liberdade para a sociedade civil, em cujo seio se manifestam as forças propuloras das mudanças, até que, sob essa influência possa configurar-se novo pacto social de poder, que propugne pela mudança, não pela preservação do "status quo".

Cada sociedade tem seu modo peculiar de mudar, o que não importa em dizer que nada há de comum entre as revoluções. Estas têm todas um ar de família, o que quer dizer que todas elas estão subordinadas a certas leis gerais. Por exemplo, todas as revoluções, que são o modo específico de mudança das relações fundamentais de produção das sociedades, seguem-se ao desenvolvimento, no seio da estrutura tornada caduca, de novas forças produtivas, mas isso não quer dizer que todas elas se repitam, como num ritual.

Ora, a sociedade brasileira tem revelado uma persistente preferência por um modo muito peculiar de levar a cabo suas revoluções, isto é, a mudança dos seus subsequentes pactos fundamentais de poder. Resumi as particularidades de nossas revoluções, sob o título das cinco "leis" da "Dualidade Brasileira" ("A História da Dualidade Brasileira", in "Revista de Economia Política", vol. 1, nº 4). Uma dessas leis (a 2ª nos ensina que jamais os dois pólos constitutivos da Dualidade mudam ao mesmo tempo, isto é, alternadamente mudam o Pólo Interno e o Pólo Externo. Donde se infere que o novo pacto fundamental de poder, a emergir da revolução, guardará muito do antigo pacto, visto como um dos pólos não muda.

Vivemos atualmente uma situação revolucionária, isto é, a sociedade não quer mais ser governada como dantes, e o Estado não pode mais governar como dantes. Como das outras feitas, o pólo hegemônico da



Dualidade — na espécie, o latifúndio feudal — entrou em processo de diferenciação, dando origem, ao lado do velho latifúndio feudal, a um novo latifúndio capitalista. Esse novo latifúndio tende a negociar com o antigo sócio menor da 3ª Dualidade — o capitalismo industrial, chegado a sua maturidade — novo pacto de poder, revigorado, e que deverá conduzir o Brasil no novo estágio do seu desenvolvimento, representado pela 4ª Dualidade. Ao capitalismo industrial deverá caber a hegemonia ou liderança, mas o novo latifúndio capitalista será, ou está sendo, desde já, ao lado do seu complemento, isto é, o semiproletariado agrícola, o elemento mais dinâmico da sociedade brasileira.

Esta transição revolucionária — porque é de uma revolução que se trata, ao modo brasileiro, como a Abertura dos Portos-Independência, a Abolição-República e a Revolução de 30 — está sendo retardada pela maneira inadequada e imatura como tentamos formular a reforma agrária. No fundo, tentamos fazer, nos anos 80, a reforma que não pudemos fazer, nos anos 30, nós, os revolucionários da época.

Com efeito, naquela época tentávamos superar a contradição fundamental do latifúndio feudal, isto é, a oposição entre a grande propriedade e a pequena exploração. Ora, essa contradição foi superada, nos quadros da 3ª Dualidade, pelo aparecimento da empresa agrícola capitalista que combina a grande propriedade com a grande exploração. Paralelamente, a servidão de gleba foi substituída, na condição de contraponto da classe dominante, pelo semiproletariado agrícola, isto é, a nova formação já se constituiu no seio da antiga. Isto suscita problemas que devem ser resolvidos agora, mas esses problemas diferem muito dos que éramos chamados a resolver — ou nos supúnhamos chamados a resolver — nos anos 30 e nas crises subsequentes, quando a questão agrária voltava a encandecer-se, e que pontilharam nosso desenvolvimento industrial.

Por nossa imaturidade política — ou, talvez, pelo caráter até aqui incipiente da crise da 3ª Dualidade — em vez de ocupar-nos dos problemas efetivamente formulados pela história, deixamo-nos absorver pelos velhos problemas, os problemas peremptos dos anos 30. O resultado revelou-se politicamente desastroso, porque unificamos numa frente única, virtualmente imbatível, todos os

proprietários fundiários: desde os latifundiários arcaicos, aos modernos; desde os latifundiários aos minifundiários de toda denominação. Aí temos uma das causas eficientes — creio que a principal — da presente paralisia do Estado.

A crise da 3ª Dualidade — crise de transição para a 4ª Dualidade — representa o pano de fundo sobre o qual se desenvolve nossa presente crise social, inclusive política. Mas não está aí nossa única crise. Concomitantemente com esta e inextricavelmente ligada a ela, vivemos uma crise que, sem se esgotar completamente nos quadros da 3ª Dualidade, integra a série de crises que marcou o desdobramento de nossa industrialização. Refiro-me ao problema que está incandescendo nossa vida política sob a forma da questão da privatização dos grandes serviços de utilidade pública.

Enquanto as crises das dualidades refletem, no interior da sociedade brasileira, os ciclos longos mundiais; no curso de nossa industrialização temos atravessado ciclos mais breves, que não são mundiais, mas endógenos. Esquemáticamente, de dez em dez anos, como termo médio aproximado, o setor da economia, cujos investimentos vinham pondo em atividade todo o sistema, entram em declínio, pelo efeito da revelação de excesso de capacidade produtiva naquele setor. Simultaneamente, noutro setor ou área do sistema econômico surgem pontos de estrangulamento a exigirem investimentos que os rompam, mas isso supõe mudanças institucionais que encontram resistências e tomam tempo. Tempo de angústia ou de crise.

No pólo da ociosidade, temos agora a indústria pesada e a construção; no pólo dos estrangulamentos, grandes serviços de utilidade pública. Mudanças institucionais, que permitam a captação da poupança, resultante da utilização do excesso de capacidade do primeiro pólo, e sua transferência para investimentos na área dos estrangulamentos, deveriam estar no centro de nossas atenções, mas, em vez disso, ocupamo-nos de problemas abstratos, fora do tempo e do espaço.

Este é o outro lado de nossa crise política atual.

IGNACIO M. RANGEL, 74, economista, membro do Conselho Federal de Economia, foi presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro e escreveu o livro "A Inflação Brasileira".